



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CS	
N.º Único	624706
Entrada/Comissão n.º	93 Data 07/02/19

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputado José Matos Rosa

S. Bento, 7 de fevereiro de 2019

Assunto: Audição urgente do Conselho Diretivo da ADSE, do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE e da Ministra da Saúde sobre a chantagem dos hospitais privados e ameaça de interrupção da prestação de cuidados de saúde a beneficiários do subsistema

Os principais grupos económicos a operar na área da saúde em Portugal ameaçaram acabar com os acordos que têm com a ADSE, obrigando os beneficiários do subsistema a pagar, à cabeça, a totalidade dos cuidados de saúde prestados nos hospitais privados.

Estes são os mesmos grupos económicos – Luz Saúde, José Mello Saúde, Lusíadas, Trofa e Hospital Privado do Algarve – que entre 2015 e 2016 sobrefaturaram, indevida e abusivamente, 38,8 milhões de euros à ADSE.

Esta ameaça de romper com os acordos com a ADSE, de deixar de atender os beneficiários do subsistema ou de obrigar a pagar a totalidade dos serviços prestados é, antes de mais, uma chantagem. Como não querem devolver os quase 39 milhões de euros que faturaram indevidamente, os grupos económicos avançaram para a chantagem sobre os beneficiários da ADSE.

Em causa estão valores cobrados à ADSE que estão hiperinflacionados e que representam um desvio significativo em relação àquilo que são os preços convencionados.

Em dezembro de 2018, um comunicado do Conselho Diretivo da ADSE dava alguns exemplos desses desvios:

“Na área dos dispositivos médicos, e apenas para dar um exemplo, um pacemaker de dupla câmara com sensor, classificado com o mesmo código do INFARMED (CDM 10994408), foi faturado em 2016, à ADSE, com um preço que oscila entre 4.250€ e 7.450€.

Nos medicamentos para a oncologia que têm, na maioria dos casos, preços muito elevados, para o mesmo fármaco existem prestadores que faturam por injeção 900€ e outros 2.200€”.

Face estas práticas que lesam gravemente os beneficiários do subsistema, a ADSE exigiu, e bem, a regularização destes valores, o que implicaria a devolução de mais de 38 milhões de euros. A APHP, que congrega os vários privados que operam na área da saúde contestou a decisão, mas a verdade é que a Procuradoria Geral da República deu razão à ADSE e aos seus beneficiários. Face isto, o lóbi privado da saúde decidiu partir para a chantagem.

Esta é a segunda vez num curto espaço de tempo que os hospitais privados fazem esta chantagem. O intuito é tentar condicionar o Estado para poderem continuar, de rédea solta, a cobrar o que bem lhes apetece à ADSE.

Já em setembro de 2018, os hospitais privados ameaçaram boicotar o acesso dos beneficiários da ADSE a cuidados de saúde. Em causa estavam novas regras de transparência e fiscalização a que os hospitais privados não se querem submeter.

Dessas novas regras constam o estabelecimento de um valor máximo a pagar por medicamentos, dispositivos médicos e tratamentos e uma maior fiscalização sobre os preços praticados.

No caso dos medicamentos esse valor máximo pode ir até ao Preço de Venda ao Público ou Preço de Venda Hospitalar acrescido de 40%. No caso dispositivos médicos, próteses intraoperatórias e dispositivos para osteossíntese é permitida uma margem de comercialização que pode ir até 25% sobre o preço de aquisição dos respetivos dispositivos médicos. Ou seja, coloca-se um limite à taxa de lucro que os operadores privados podem exigir por medicamento, dispositivo médico ou tratamento. Refira-se que as taxas de lucro que continuam a ser permitidas são muito substanciais. Ainda assim os operadores privados não querem limitar-se a taxas de lucros que podem ir até 40%.

O Bloco de Esquerda considera que o Estado não pode ficar refém da chantagem de grupos privados que sobrefaturam, que recusam a devolver o dinheiro indevidamente cobrado à ADSE e que recusam submeter-se a regras de transparência e de maior fiscalização.

A ameaça e a chantagem sobre a ADSE e, conseqüentemente, sobre todos os beneficiários do subsistema é inaceitável. Por isso mesmo, o Bloco de Esquerda considera ser necessário ouvir o Conselho Diretivo da ADSE, o seu Conselho Geral e de Supervisão e a Ministra da Saúde para perceber que medidas estão a ser tomadas para implementar as medidas de rigor, transparência e fiscalização que são exigíveis e que medidas serão tomadas para que o Estado e o subsistema não fiquem refém da chantagem dos grupos económicos.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do Conselho Diretivo da ADSE, do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE e da Ministra da Saúde sobre a chantagem dos hospitais privados e ameaça de interrupção da prestação de cuidados de saúde a beneficiários do subsistema

O Deputado do Bloco de Esquerda,
Moisés Ferreira

